



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 7 • nº 5 • 24/04 a 07/05/10 • ISSN1809-6182

Análises

04/05/2010 – O estado das cidades do mundo: um problema de desigualdade social.....p.01

O desenvolvimento das cidades tem acontecido cada vez mais rápido. A urbanização atinge altos níveis em todo o mundo, e a tendência é de que esse processo se acelere. Como consequências, acentuam-se problemas como a má distribuição de renda e o aumento do número de pessoas vivendo em condições precárias – dividindo ainda mais o cenário urbano entre ricos e pobres.

04/05/2010 – Os impactos da ampliação de capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras.....p.04

O governo brasileiro enviou ao Congresso uma proposta de mudança nas regras da aviação. De acordo com a nova proposta haverá um acréscimo de 20% na parcela de investimentos estrangeiros direcionados para as empresas aéreas brasileiras. O resultado desta alteração pode levar a reflexos tanto positivos quanto negativos para a aviação do Brasil.

Resenha

04/05/2010 – O Oriente Médio nas Relações Internacionais.....p.07

Ao propor uma análise detalhada da situação – antiga e atual - de cada um dos países do Oriente Médio, Fred Halliday elucida os problemas atuais a partir de explicações de seu passado e presente, com um rico número de detalhes e exemplos dos principais episódios que marcaram a história sangrenta de uma das regiões mais conflituosas do mundo.

O estado das cidades do mundo: um problema de desigualdade social

Análise
Desenvolvimento
Fernanda Nunes Costa Nacif
04 de Maio de 2010

O desenvolvimento das cidades tem acontecido cada vez mais rápido. A urbanização atinge altos níveis em todo o mundo, e a tendência é de que esse processo se acelere. Como consequências, acentuam-se problemas como a má distribuição de renda e o aumento do número de pessoas vivendo em condições precárias – dividindo ainda mais o cenário urbano entre ricos e pobres.

Desde meados do século XX, as cidades de todo o mundo absorveram quase dois terços da população global, de acordo com Davis (2006). Se, por um lado, o desenvolvimento urbano está intimamente relacionado a este dado, por outro, é necessário atentar para os desafios que ele impõe: necessidade de ampliação da infraestrutura, dos serviços, das garantias de segurança pública, de proteção ao meio ambiente e de planos de gerenciamento de situações de risco. Dada a incapacidade de muitos Estados de lidarem com tal situação, sobretudo países em desenvolvimento, a consequência dessa rápida urbanização é a formação de grandes favelas e o forte aumento da desigualdade social.

Para examinar e melhor enfrentar esse problema, as Nações Unidas estabeleceram o Fórum Urbano Mundial, cuja 5ª edição ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 22 e 26 de março desse ano. O relatório “Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido” foi divulgado no Fórum, e mostra que o

número de pessoas vivendo em favelas de diversas cidades vem diminuindo significativamente – cerca de 227 milhões de pessoas deixaram de viver em assentamentos precários. Ainda assim, a desigualdade social nas grandes cidades dos países emergentes é elevada e, segundo o relatório, o Brasil figura entre uns dos campeões em má distribuição de renda.

Estado das cidades do mundo

Buffalo City, Johannesburgo e Ekurhuleni, na África do Sul, lideram o ranking de desigualdades. No Brasil, também há um abismo que separa pobres e ricos: o relatório mostra que Goiânia, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília e Curitiba estão entre as 20 cidades com pior distribuição de renda. Por isso, o país apresenta o pior índice entre os Estados da América Latina, embora a parcela de sua população que vivia em favelas tenha caído de 31,5% para 26,4%. As capitais da Nigéria, Etiópia, Colômbia, Quênia e Lesoto também estão entre as mais desiguais.

Já as cidades apontadas como as mais igualitárias são Pequim e Benxi, na China, assim como Chittangong e Dhaka, em Bangladesh. Contudo, é válido levar em consideração que, nem sempre, menor desigualdade social indica melhor qualidade de vida, já que o mesmo nível de consumo entre os cidadãos de um município pode estar ligado tanto à pobreza como à riqueza.

No total, foram analisadas 138 cidades de 63 países em desenvolvimento.

O Coeficiente de Gini

O método pelo qual foi feita a análise do estado das cidades do mundo foi o Coeficiente de Gini, um parâmetro comumente usado para medir a desigualdade de renda entre os países. Neste caso, o índice foi utilizado tomando como base dados relativos aos gastos dos cidadãos, sendo que, quanto mais próximo de 1, maiores são as diferenças no nível de consumo.

As capitais brasileiras citadas como desiguais ficaram com níveis entre 0,6 e 0,7, enquanto Pequim teve um valor de Gini de apenas 0,22. Apesar disso, o cálculo não leva em consideração outros indicadores sociais, como analfabetismo e escolaridade, nem tampouco analisa questões como saneamento básico e infra-estrutura. Sendo assim, cidades como Brasília – em que 90% da população têm acesso a água encanada e 85% a saneamento – podem ocupar, no ranking do relatório, posições semelhantes ou superiores às de cidades com pior infra-estrutura.

Soluções para o problema

A diretora executiva da Organização das Nações Unidas para

Assentamentos Humanos (UN-Habitat), Anna Tibajika, afirma que “o relatório aponta caminhos necessários para vencer a barreira da divisão urbana”. Deixar de viver em condição de favelização não significa necessariamente mudar o local de residência, segundo a metodologia da pesquisa. Portanto, o fato de haver saneamento básico, água potável e moradias bem distribuídas já indica que os assentamentos dessa região não são tão precários, tornando a cidade mais inclusiva.

Ademais de melhoria da infraestrutura, é válido destacar a importância de políticas de criação de empregos, dos investimentos em educação, saúde e segurança pública.

Os problemas das cidades com má distribuição de renda são praticamente os mesmos, mas as soluções para eles são particulares. Dessa forma, se faz necessário o intercâmbio constante de projetos entre as autoridades das diversas cidades do mundo, bem como a participação efetiva da sociedade civil nas tomadas de decisão para a construção de municípios mais igualitários e inclusivos.

Referências

Sites:

<http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=9>

<http://veja.abril.com.br/agencias/ae/brasil/detail/2010-03-19-965432.shtml>

<http://www.oeco.com.br/blog-ecocidades/106-blog-ecocidades/23681-o-estado-das-cidades-no-mundo>

<http://green-changemakers.blogspot.com/2010/03/stat>

e-of-worlds-cities-20102011-cities.html

<http://static-82-85-8-20.clienti.tiscali.it/cityfest/index.php/pt/noticias/1-news/138-vd-forum-mondiale-sulla-citta-da-oggi->

<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/177692.html>

<http://www.guardian.co.uk/world/2010/mar/22/un-cities-mega-regions>

Livros

DAVIS, Mike. Planeta Favela. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

SPICKER, Paul; LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez; GORDON David. Pobreza: Um Glosario Internacional. Buenos Aires: Clacso, 2009.

Periódico

BRAGA, Ernesto; AYER, Flávia. Os dois lados do crescimento. ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 20 de março de 2010, p.19,20

Os impactos da ampliação de capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras

Análise
Desenvolvimento
Larissa Rabelo
04 de Maio de 2010

O governo brasileiro enviou ao Congresso uma proposta de mudança nas regras da aviação. De acordo com a nova proposta haverá um acréscimo de 20% na parcela de investimentos estrangeiros direcionados para as empresas aéreas brasileiras. O resultado desta alteração pode levar a reflexos tanto positivos quanto negativos para a aviação do Brasil.

No último mês de julho, o Conselho Nacional de Aviação Civil (CONAC)¹, órgão de assessoramento do Presidente da República para formulação da política nacional de aviação civil, aprovou o aumento na parcela de capital estrangeiro investido nas companhias aéreas brasileiras. A nova parcela de 49% infere um aumento de 29% da participação do capital proveniente de fora. Anteriormente, as regras contidas no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBAer) limitava a 20% o total da participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. A expansão da participação não se pauta somente em uma importância quantitativa, mas também

sob perspectivas qualitativas, uma vez que empresas estrangeiras vêm com maior facilidade a possibilidade de investir no setor aéreo brasileiro. Nesta perspectiva, o Brasil ganha a vantagem de se tornar uma opção de país receptor de novos investimentos financeiros e tecnológicos, o que gera um desenvolvimento maior do setor da aviação civil e um aumento na qualidade do serviço prestado pelas companhias presentes no setor em questão.

A nova sugestão de alteração apresenta uma exceção em que o capital estrangeiro pode ser superior a 49%. Quando há um investimento do capital externo sob a perspectiva de um acordo bilateral de reciprocidade, de existência do direito de igualdade e de respeito mútuo entre os Estados, o novo texto do Código Brasileiro da Aeronáutica admite a expansão da participação do capital estrangeiro a uma porcentagem superior à nova parcela determinada.

A proposta de mudança da parcela do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras acompanha também a mudança no regime de funcionamento dos serviços aéreos. Estes deixam de ser uma concessão do serviço público e passam a ser prestados mediante simples autorização do governo. Isso significa que a Administração Pública deixa de

¹ O CONAC é o órgão responsável por estabelecer, a âmbito internacional, diretrizes para a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo. Compete ao CONAC o relacionamento com organizações internacionais de aviação civil e a aprovação de diretrizes de suplementação de recursos para linhas aéreas e aeroportos de interesse estratégico, econômico ou turístico. Além disso, fica a encargo do órgão: a promoção e a coordenação entre as atividades de proteção de voo e as atividades de regulação aérea; a aprovação do plano geral de outorgas de linhas aéreas; e o estabelecimento das diretrizes para a aplicabilidade do instituto da concessão ou permissão na exploração comercial de linhas aéreas.

transferir a titularidade ou simplesmente a execução outorgada por lei para outrem e passa a conceder somente uma permissão para o uso do bem público, neste caso, o espaço aéreo brasileiro. Ao que tudo indica, a mudança no regime permite que articulação entre companhias áreas e governo aconteça de forma menos burocrática e lenta, o que contribui para uma maior dinamização na execução do que é acordado pelos dois atores.

A proposta de ampliação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras traz perdas e ganhos para a aviação civil. Pelas atuais regras do setor de aviação civil brasileiro a participação do capital externo em empresas aéreas é algo que pode ser controlado, tendo em vista a continuidade e a coerência destas empresas no setor. Há uma maior visualização da disposição da empresas no “mercado” da aviação. Entretanto, com a nova permissão de maior participação do capital estrangeiro, abre-se a possibilidade de entrada de novas empresas no setor. Isso significa um aumento considerável no número de empresas atuantes na aviação civil e, consequentemente, uma perda do controle na estabilidade e na disposição da empresas. Além disso, as novas empresas emergentes poderão surgir com maior poder econômico e com grande capacidade de competição no mercado nacional o que deixaria em risco a estabilidade das empresas brasileiras atualmente consolidadas.

Embora a emergência de novas empresas possa trazer alguns impactos negativos na desenvoltura da aviação brasileira, impactos positivos também podem ser vistos de forma a contribuir para o setor aéreo brasileiro. O surgimento de novas empresas tornaria o setor da aviação civil brasileira mais competitivo, o que beneficiaria os usuários do serviço que teriam uma maior variedade e qualidade na escolha. Quando há competição entre as empresas, a oferta de benefícios aos clientes é consideravelmente maior e pode

ser vista, por exemplo, nos diferentes preços atrativos das passagens aéreas. Ainda sobre os impactos positivos da nova proposta da aviação brasileira, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou que o aumento da injeção de investimentos externos vai ajudar a atender a “demanda por serviços de transporte aéreo que vem crescendo significadamente nos últimos cinco anos”. (Fonte: <http://economia.estadao.com.br>)

O projeto de expansão do capital estrangeiro no setor das empresas aéreas brasileiras foi discutido pelos membros² da CONAC, no entanto as discussões travadas entre a Casa Civil e o Ministério da Defesa atrasaram os trâmites para a aprovação do projeto pelo Congresso. Enquanto a Casa Civil defendia que já havia um projeto similar a este no Congresso, o Ministério da Defesa defendia que o novo texto é mais amplo e se adéqua melhor às novas condições do transporte aéreo do Brasil. O Congresso ainda não aprovou a medida enviada pelo Conselho Nacional de Aviação Civil, mas ao que tudo indica o projeto de expansão do capital estrangeiro tem grandes chances de ser aprovado, uma vez que ele se compromete a atender a nova demanda do setor da aviação brasileira.

Referência

Sites:

Estadão

<http://economia.estadao.com.br/noticias>

² Membros da CONAC: Ministro de Estado da Defesa (Presidente); Ministro de Estado das Relações Exteriores; Ministro de Estado da Fazenda; Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministro de Estado do Turismo; Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro de Estado da Justiça; Ministro de Estado dos Transportes;

[/not_9409.htm](#)

Fernandes- Aerobrasil

<http://fernandes-aerobrasil.blogspot.com/2009/08/ampliao-de-capital-estrangeiro-nas.html>

ISTOÉ Dinheiro

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/16854_PROJETO+AMPLIA+CAPITAL+ESTRANGEIRO+EM+EMPRESAS+AEREAS

Ministério da Defesa

https://www.defesa.gov.br/aviacao_civil/index.php?page=conselho_aviacao_civil

Palavras Chaves: Larissa Rabelo, Aviação brasileira, expansão de capital estrangeiro.

Comandante da Aeronáutica.

O Oriente Médio nas Relações Internacionais

Resenha
Segurança

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede

04 de Maio de 2010

Ao propor uma análise detalhada da situação – antiga e atual – de cada um dos países do Oriente Médio, Fred Halliday elucida os problemas atuais a partir de explicações de seu passado e presente, com um rico número de detalhes e exemplos dos principais episódios que marcaram a história sangrenta de uma das regiões mais conflituosas do mundo.

Professor de Relações Internacionais da *London School of Economics and Politics*, Fred Halliday é autor do livro *“The Middle East in International Relations”* e um dos maiores especialistas acerca de questões do Oriente Médio na atualidade. Frequentemente comentarista de redes de rádio e TV como CNN, BBC e CBC, o autor fala árabe e persa fluentemente, o que talvez tenha contribuído para a sua rica descrição da região, desde os tempos coloniais até os dias atuais.

O objetivo do autor é fornecer um panorama da história internacional da região e combinar tais eventos e processos com as principais questões analíticas derivadas das Relações Internacionais. Ou seja, ele procura, a partir da descrição histórica e social de cada uma das regiões do Oriente Médio, fornecer um panorama crítico de como as relações inter e intraestatais funcionam atualmente. Sua abordagem foca nos componentes da ordem política e social – o Estado, a ideologia e a sociedade – e busca compreender como as instituições (sejam elas políticas ou de cunho social/religioso) são estabelecidas e perduram no tempo.

O autor inicia sua abordagem explicando como cada um dos países do Oriente Médio foi formado: como produtos da modernidade e do impacto de pressões externas, desde os tempos coloniais até os

dias atuais, principalmente após a Guerra Fria. Dessa forma, apesar de constituírem, em sua maioria, Estados com regimes autoritários, o autor argumenta ser ilusório pensar que o contexto doméstico, a opinião pública e o sistema internacional não impactam diretamente na decisão dos governantes.

Primeiramente, ele afirma que não se pode comparar o período colonial vivenciado pelo Oriente Médio com os da América Latina ou do Sul da Ásia: comparado a tais regiões, o período colonial Do Oriente Médio foi relativamente curto. Apesar disso, o legado colonial deixou marcas profundas na política e na sociedade, que se traduziu em séculos de influência informal. Esta forma de controle europeu na região variou de intervenções militares diretas a regras coloniais de influência comercial, financeira, cultural e, sobretudo, religiosa, o que alimentou um forte sentimento de ódio às potências estrangeiras.

A Primeira Guerra Mundial foi determinante no que diz respeito à redefinição do mapa do Oriente Médio. A partir do momento em que os Estados foram definidos tais como os conhecemos hoje, foi possível desenvolver instituições de poder, com aspirações tanto internas quanto externas. Depois, como parte do esforço em estabelecer comunidades mais efetivas politicamente, iniciou-se o processo de estabelecimento da

identidade nacional – os Estados exigiam, baseando-se em direitos históricos, partes de um ou outro território (O Egito, por exemplo, exigia o que hoje corresponde aos territórios do Sudão, Síria, Líbano, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita). Mais importante, eles entraram em um processo de mudanças culturais e ideológicas diretamente ligadas à consolidação dos seus poderes, o que promoveu um tipo de secularização¹. Tal processo foi intencionado para produzir uma contra-reação que seria, décadas mais tarde, traduzida na forma do Islamismo fundamentalista, o qual desafia o poder secular dos Estados. Dessa forma, fica claro como o crescimento de sentimentos nacionalistas, os transtornos causados pela Primeira Guerra e a resistência à secularização promoveram um contexto em que movimentos sociais e políticos poderiam e, de fato, emergiram.

Ao contrário da Primeira Guerra, durante a Segunda Guerra Mundial as áreas centrais do Oriente Médio não estavam envolvidas no conflito. O fim da guerra, no entanto, resultou no fim dos regimes imperiais britânico e francês na região, além de marcar o início do conflito entre judeus e árabes pela questão da Palestina (o exército árabe interveio quando as forças britânicas se retiraram, em 1948). Gradualmente, as forças judaicas se sobrepuseram aos oponentes árabes e o território da Palestina foi dividido², deixando cerca de 1,4 milhão de refugiados. Para a região, a guerra da Palestina foi, talvez, o evento mais dramático da Segunda Guerra.

Além disso, com o desenrolar da Guerra Fria e a disputa EUA x URSS, emergiam

interesses políticos das famosas “zonas de influência” capitalista e socialista, onde a URSS, preocupada com questões estratégicas, buscou aliados ao sul de sua fronteira (Estados não-árabes como a Turquia, o Irã e o Afeganistão), enquanto os EUA, cada vez mais interessados e necessitados do petróleo da região, concentraram esforços para obter aliados árabes, como Israel e a Arábia Saudita. No entanto, o alinhamento de Israel com os EUA não conseguiu resolver, a longo prazo, os desafios políticos e estratégicos que os israelenses teriam que lidar – a saber, as guerras contra a Palestina em 1967 e 1973.

A partir do início da primeira guerra palestina, em 1967, houve uma re-emergência dos palestinos como uma força política autônoma. Em 1980, A Organização para Libertação da Palestina, criada em 1964, começou a ser largamente aceita como uma força legítima e independente. Paralelamente a suas atividades militares, ela conseguiu se organizar diplomaticamente e, em 1988, a demonstrar seu desejo de aceitação de um Estado israelense, ao lado do palestino.

Foi também a partir de 1967 que o crescimento do islamismo se deu de forma mais acentuada. O declínio socialista levou, com o tempo, ao desejo de retorno a valores mais tradicionalistas, tanto pelo Estado como por movimentos sociais. Isso, na verdade, começou a ser utilizado pelos países como forma de diminuir a influência de seus oponentes, tanto do lado soviético quanto do americano. Isso culminaria, argumenta o autor, com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Segundo ele, o poder de tais movimentos islâmicos não foi produto do fim da guerra fria, mas sim do legado da Guerra Fria em si. Tendo início às 8:40 do dia 11 de setembro de 2001, o mundo aprenderia o que isso significava para o século que iniciava. Os Estados do Oriente Médio mostraram uma resistência política e ideológica tamanha que se tornaram parceiros difíceis, custosos e pouco

¹ Secularização, para os Estados do Oriente Médio após a Segunda Guerra, dizia respeito à intenção de fortalecê-los por meio de redução do poder de milícias ou grupos como o Taleban.

² Logo após a guerra, grupos sionistas tomaram parte do território palestino, a Jordânia tomou parte de Jerusalém e o Egito ficou com a Faixa de Gaza

interessantes tanto para os EUA quanto para a URSS.

Ao fim da Guerra Fria seguiram quatro acontecimentos que teriam profundos impactos regionais e globais: a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 2 de agosto de 1990, a assinatura da Declaração de Princípios Israel-Palestina, em 1993 (durante os Acordos de Oslo), o ataque da al-Qa'ida aos EUA, em 11 de setembro, e a ocupação anglo-americana no Iraque, em 2003. O colapso da União Soviética, em dezembro de 1991, forneceu aos EUA uma nova arena de diplomacia e interesses econômicos para coordenar os novos aliados regionais. Mesmo após 1991, a maioria dos Estados do Oriente Médio permaneceu autoritária, sendo regiões propensas à repressão e a retóricas nacionalistas. Mesmo Estados não tão ditatoriais, como a Turquia e Israel, exibiram fortes atitudes nacionalistas com relação a seus vizinhos árabes.

A “Grande Crise do Oeste Asiático” que predominou no Oriente Médio após 1991, foi uma das razões que contribuiu para a emergência de mais conflitos na região. Halliday argumenta que, sendo a guerra um produto de relações dentro e fora dos Estados, nem mesmo a crise ou as mudanças globais com o fim do mundo bipolar foram suficientes para modificar sua dinâmica de funcionamento. Ademais, a maioria dos conflitos, além de possuírem uma lógica política, se tornaram cada vez mais sangrentos – graças ao desenvolvimento de capacidades militares e ao aumento do contingente armado dos países em questão. Até o início de 2004, somente Israel possuía capacidades nucleares³. A grande dificuldade em mediar e controlar os conflitos da região, até hoje, é justamente o seu caráter multilateral, envolvendo diversas áreas

simultaneamente.

Neste contexto, Halliday argumenta que, mais uma vez, o Estado assume um papel primordial: tanto na tensão entre Estado e sociedade, quanto nas tensões interestatais. As guerras do Oriente Médio foram, assim como diversas outras guerras ao longo do tempo, resultado de pressões políticas, de descontentamento e nacionalismo dentro dos Estados, combinado com oportunidades de fortalecimento do Estado no ambiente internacional.

Nesse sentido, Halliday argumenta que, além da questão histórica, a cultura e a ideologia assumem, também, um papel primordial. Ele utiliza o termo ‘cultura’ como um objeto de mudanças e lutas, instrumental por definição, o qual está em constante mudança e adaptação. Ele argumenta que as Relações Internacionais, como toda política, é também mais vividamente interpretada por meio do que as pessoas pensam e acreditam. Dessa forma, somente analisando o papel que a cultura e a ideologia assumem no curso das decisões políticas, é possível compreender, detalhadamente, as três variáveis fundamentais da ideologia política no Oriente Médio moderno – o nacionalismo secular, o fundamentalismo religioso e a cultura política do dia-a-dia em si.

O nacionalismo, principalmente, tornou-se a ideologia política dominante da região, expressando sentimentos das pessoas e o desejo dos Estados. As consequências de um sentimento tão profundamente arraigado pode ser crucial para uma sociedade que lida com facções nacionalistas cada vez mais expressivas. O nacionalismo assume, também, uma dinâmica dupla: por um lado, é direcionado para o ambiente interno, doméstico, como forma de construção de uma comunidade e de legitimação de autoridade. Por outro, é também direcionado ao ambiente externo, como forma de demonstração de cooperação

³ Inspectores da ONU, mais tarde, acreditavam que o Iraque vinha desenvolvendo capacidades nucleares desde 1991, sendo este um dos motivos para a invasão americana em 2003.

com aliados e, ao mesmo tempo, contra inimigos – estejam eles longe ou perto, sejam eles exagerados ou imaginados. Dessa forma, seja com relação à identidade e história ou com relação à população propriamente dita, o nacionalismo exclui, assim como inclui.

O fundamentalismo⁴, por sua vez, expõe uma política que exige legitimação. Aqui, a autoridade é derivada de legitimidade religiosa, onde todos os problemas devem ser resolvidos por meio de textos sagrados e, a certos lugares, é destinada importância especial. Assim como na ideologia nacionalista, há um recorrente elemento de distorção na forma que seus movimentos se expressam. Os fundamentalistas alegam estar retornando ao passado quando, na realidade, estão se referindo a elementos selecionados e reformulados do passado que atendem a seus objetivos modernos. São, na realidade, movimentos modernos.

Além da lógica de dentro dos Estados e fora dele, outro movimento assume relevância significativa no contexto dos acontecimentos internacionais: a questão transfronteiriça. Halliday argumenta que existem três questões principais que levam estudiosos das Relações Internacionais a se preocuparem com os desafios que tais instituições apresentam ao Estado. Primeiro, as forças que atravessam as fronteiras e impactam diretamente na política e sociedade de outros países são, na verdade, atores não-estatais. Além disso, tal denominação traz à tona discussões acerca dos limites da política doméstica, já que conexões transnacionais ultrapassam o controle dos Estados e moldam, pelo menos em parte, o contexto doméstico. Finalmente, o termo ‘transfronteiriço’ é utilizado para denotar os efeitos da globalização. Todos estes

desafios estabelecem, em algum nível, poder tanto político quanto social. Aqui, o autor argumenta que o nacionalismo cultural pode ser uma resposta à globalização, e que a cultura ‘nacional’ ou ‘verdadeira’ está sendo ameaçada por forças externas – o Oriente Médio está longe de ser a única região afetada por forças transnacionais. No entanto, a questão ganha ainda mais expressão na região por envolver, na maioria dos territórios, etnias, tribos e religiões diferentes, onde a própria administração das fronteiras por milícias (e não pela força burocrática do Estado) torna a movimentação através das fronteiras um fator de constante instabilidade política⁵.

Outra força transnacional que muito influencia o curso político dos acontecimentos no Oriente Médio é o islamismo. Em um primeiro momento, costuma-se compreender os movimentos islâmicos como aqueles que desafiam o Estado e são transfronteiriços em sua ideologia e organização. Muitos islâmicos modernos citam textos clássicos como uma forma de comprovar que as divisões étnicas e nacionais são criações do Ocidente. Além disso, não há dúvidas de que o islã, de fato, agiu de forma transnacional: eles inspiraram um ao outro por meio de ideologias e exemplos, e muçulmanos *jihadistas*⁶ vão de país a país para participar da luta.

A violência política, mais comumente conhecida como ‘terrorismo’, é, provavelmente, a força transnacional que mais afugenta os Estados do Ocidente. Neste sentido, Halliday argumenta que relacionar o terrorismo como uma atividade restrita ao Oriente Médio pode

⁴ *Fundamentalism includes all social conducts like clothes, the political role of women and, most importantly, the organization and legitimacy of the state. It's about doing the right, more than teaching the right.* (HALLIDAY, 2005, p. 185).

⁵ Como no caso da fronteira entre Afeganistão e Paquistão, onde o Talebã permanece como a força controladora de quem entra e sai dos dois países.

⁶ Jihadistas é um termo usado pelo autor para definir aqueles que justificam seus atos a partir da prática da *jihad*, “guerra santa”. (HALLIDAY, 2005, p.72).

ter riscos graves. Ademais, terrorismo, como uma prática de uso da violência com propósitos políticos, é produto da política moderna e já foi utilizada por vários outros Estados como a Rússia, o Japão, os próprios EUA e tantos outros. Também não se pode singularizar o terrorismo a termos religiosos – a religião é a variável dependente, não determinante. Halliday enfatiza esta questão e afirma que, assim como as sociedades muçulmanas encontraram escrituras para justificar seus atos por meio do Corão, também o fizeram outras religiões como o sionismo judeu, o cristianismo armênio e os chauvinistas hindus.

Assim, Halliday conclui que a política internacional do Oriente Médio deve ser analisada por três diferentes níveis: em termos da interação das estruturas globais de poder, de Estados regionais e atores não-estatais. Aqui, ele reafirma a importância de uma abordagem histórica e social, já que uma narrativa puramente biológica pode ser rica em detalhes, mas prejudica a discussão de outros temas analíticos e descritivos envolvidos na questão; enquanto uma abordagem realista, apesar de poder desenvolver argumentos sólidos a respeito da segurança e sua relação com o sistema global de atores, ignora tanto a relação do Estado com a sociedade quanto os fatores transnacionais. Ele argumenta que, para compreender a política adotada pelos diferentes países da região, é necessário observar não somente suas diferenças sociais e políticas, mas também a interação entre suas populações e destas com os Estados.

Ao explicar a relação do Oriente Médio no contexto internacional como uma região ‘incorporada’ ao sistema global, o autor argumenta que ocorre o que ele chama de “integração diferenciada”. Isso significa que o processo pelo qual a região foi incorporada ao sistema global (e remodelada por ele) não ocorreu de forma que as similaridades fossem acentuadas, mas o oposto: procurou-se acentuar as

diferenças entre a região e o mundo desenvolvido. Ele argumenta que a globalização deixou o mundo mais ‘próximo’, mas de uma forma desigual e potencialmente conflituosa.

Novamente enfatizando o papel do Estado, o autor aponta que este é resultado do controle doméstico e das relações internacionais. No caso específico do Oriente Médio, os Estados e suas elites dominantes são condicionados a manter o controle sobre a sociedade e a economia, enriquecendo aqueles que possuem acesso privilegiado. Assim, o Oriente Médio moderno foi incorporado e moldado a partir dos desenvolvimentos da política global e do contexto estratégico estabelecido em cada momento histórico. Com isso, o resultado de uma história de integração diferenciada foi o de produzir uma região intimamente ligada com o resto do mundo, mas, elucidada por seus problemas de segurança constante, permanece com práticas, composições e características muito distintas das do Ocidente (a região permanece como uma das mais inseguras do mundo).

Além das questões materiais e a persistência de confrontos militares e econômicos, pode-se atribuir, como Halliday argumenta ao longo do texto, o papel que a cultura e a ideologia assumem em qualquer sociedade. Se por um lado o uso cada vez mais freqüente da Internet e da televisão satélite forneceu, pelo menos em parte, uma maior diversidade e qualidade de informação crítica, por outro não podemos esquecer que o espaço público em Estados autoritários ainda é muito limitado ao controle das autoridades – tudo que é escrito ou transmitido que faça má propaganda do Estado é, normalmente, censurado. Além da mídia, a educação permanece fortemente como um sistema controlado, onde o que é ensinado, escrito ou dito deve ser mensurado e não confrontar a imagem dos governos.

É claro que a política cultural e o discurso

não são as únicas causas da inabilidade do Oriente Médio em resolver seus problemas interestatais e interétnicos. O fato dos Estados procurarem preservar sua segurança, ao mesmo tempo em que bloqueiam e resistem a mudanças, tanto internas quanto externas, permanece como uma das principais razões da região, a par da questão do petróleo, permanecer tão pouco 'conectada' ao mundo globalizado.

Ainda em termos ideológicos, a constante tensão entre Estado e sociedade no contexto do século XX explica a preponderância do islamismo e do discurso islâmico como resultado dos problemas domésticos enfrentados pelos países. No Irã, na Turquia e no Egito, o surgimento do islamismo nos anos 70 e 80 foram produtos de mudanças sociais e ressentimentos com o Estado Moderno e, em larga escala, um produto de fatores externos - da Guerra Fria. Seu impacto na política externa foi, justamente, a combinação entre nacionalismo e milícias religiosas, Islâmica ou Judaica, que sempre gerou condenações e respostas do mundo exterior.

Ao concluir seu livro, Fred Halliday chega a três pontos fundamentais para compreender os conflitos do Oriente Médio hoje em dia. Primeiramente, ele alerta para o fato de que não se pode exagerar a singularidade e diferenciação que a região possui com relação ao resto do mundo. É necessário, sim, reconhecer o contexto externo, o passado e a contemporaneidade, mas não deixar que isso sirva de "desculpa" para os Estados tomarem determinadas decisões com justificativas na história. Como bem apontado pelo autor ao descrever o fundamentalismo religioso, as autoridades/milícias irão sempre escolher fatos específicos que vão de encontro aos seus interesses atuais, e nem por isso podemos esquecer o papel que o interesse moderno, seja ele econômico ou político, assume no processo de tomada de decisão.

Outro ponto diz respeito à necessidade de diversificar o foco analítico e estratégico. Para muitos, o Oriente Médio é assimilado a um único conflito, seja ele a questão árabe-israelense, a questão curda ou a disputa entre o estado árabe e iraniano. Qualquer que seja, não se pode ignorar a dimensão das diversas fontes de conflito na região, já que não existe um único foco ou um único motivo. Além disso, não podemos reduzir os motivos dos diversos incidentes da região ao longo do tempo meramente à questão religiosa, já que muitos possuem suas próprias origens e custos. O que o autor busca demonstrar é que o Oriente Médio constitui um mosaico de discretos conflitos, mas cada vez mais interrelacionados, o que constitui a atual "Grande Crise do Oeste Asiático".

Finalmente, o autor argumenta mais uma vez que, embora o passado seja crucial para compreendermos o contexto social, político e econômico em que vivem as sociedades de qualquer região, ele não consegue, sozinho, explicar o presente. O desafio das ciências sociais é, portanto, remeter ao passado para demonstrar por que ele possui algum tipo de impacto no presente, e não assumir que este é sempre o caso.

Dessa forma, por meio de descrições históricas precisas de cada um dos países do Oriente Médio, Fred Halliday fornece uma gama de eventos que ajudam a compreender como a política externa do Oriente Médio ocorre hoje em dia, mas sem esquecer da importância das idéias, da ideologia, da religião, das forças transnacionais e, principalmente, do contexto histórico internacional em que estão inseridos os Estados. É claro que as decisões dos governantes hoje em dia, em que o processo de globalização aproxima cada vez mais os Estados, serão diferentes das decisões tomadas durante a Guerra Fria, que serão diferentes das decisões tomadas daqui dez anos. Os desafios e problemas não são poucos e os interesses, principalmente com relação ao mundo ocidental, divergentes. Como afirma o

autor nos capítulos finais de seu livro, “uma das maiores ilusões da política é acreditar na premissa de que existe um único curso de ação correto e ideal”⁷. Saber distinguir cada um dos conflitos e compreender as motivações, interesses e especificidades de cada um pode ser o primeiro passo para a manutenção da paz.

Referência

HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Palavras-chave: Oriente Médio, Relações Internacionais, Islã, história

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine

Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Prof^a. Liana Araújo Lopes

Membros: Bruna Monteiro da Fonseca; Celso Augusto de Freitas Filho; Clarice Moreira de Moraes; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Fernanda Nunes Costa Nacif; Fernando Corrêa dos Santos; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Pollyanna Reis Dias; Raíssa Pacheco Ayres Daher; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Victor Eduardo da Motta Nunes; Vinícius Tavares de Oliveira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

⁷ HALLIDAY, 2005, p. 308